



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

CARGO:

POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

APLICAÇÃO: 26/8/2004



CURSO DE FORMAÇÃO

2.ª Turma – 2.ª Prova

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **oitenta** itens, correspondentes à segunda prova do Curso de Formação — 2.ª Turma —, corretamente ordenados de 1 a 80.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **três horas e quinze minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **26/8/2004**, a partir das 16 h – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **27 e 28/8/2004** – Recursos (prova objetiva), exclusivamente na Academia Nacional de Polícia (ANP), DF 001, km 2, Setor Habitacional Taquari, das 9 h às 16 h.
- III **15/9/2004** – Resultado da segunda prova: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2003 – PRF, de 21/10/2003.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 80** se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.
- A fim de facilitar o trabalho de julgamento de cada item, considere que, nos itens em que aparecer, a sigla **PRF** significará **Polícia Rodoviária Federal** ou **policia rodoviário federal**, conforme o contexto em que for utilizada.

PROVA OBJETIVA

Uma das missões do PRF é colaborar para a redução do índice de acidentes de trânsito. Como agente de trânsito, o PRF deve estar imbuído de sua obrigação de lutar para salvar vidas humanas e defender e proteger o patrimônio da União e de terceiros. Para agir de forma eficiente e eficaz, o PRF deve conhecer as suas competências e as suas obrigações, além da legislação pertinente, para melhor orientar as pessoas envolvidas em acidentes. Acerca desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 1 Compete ao PRF efetuar o levantamento do local do acidente de trânsito, dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas, bem como encaminhar ao órgão rodoviário federal sugestões de medidas operacionais preventivas.
- 2 Com o objetivo de elucidar as causas de um acidente de trânsito, o PRF tem poder para realizar testes de dosagem alcoólica em condutor de veículo envolvido em acidente.
- 3 Considere os seguintes excertos do Código de Processo Penal brasileiro (CPP).

Art. 6.º – Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I – dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;

Art. 169 – Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

Em face desses artigos do CPP, em casos de acidente de trânsito, o PRF incumbido de registrar e prestar o atendimento necessário não poderá autorizar, antes de exame do local, a imediata remoção de pessoas que tenham sofrido lesão, bem como dos veículos envolvidos no acidente.

Ao tomar conhecimento de um acidente de trânsito, o PRF deve procurar obter a maior quantidade possível de informações e deslocar-se até o sítio do acidente. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 4 Para um atendimento eficiente e imediato, o PRF deverá deixar preparado todo o material e o equipamento de uso pessoal, como colete refletivo e luvas, e o de salvamento, como talas, ataduras etc.
- 5 A responsabilidade pelo atendimento é do primeiro PRF que chegar ao local do acidente, o qual deverá providenciar de imediato o socorro às vítimas. Essa providência tem de prevalecer sobre todas as demais, mesmo que o acidente tenha ocorrido à noite, sob chuva ou cerração, para evitar o agravamento do estado de saúde das vítimas.

As atribuições do PRF incluem realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrência, investigações e outros procedimentos imprescindíveis à elucidação das causas dos acidentes de trânsito. Assim, o PRF deve colher o maior número possível de informações a fim de esclarecer fatos e desenvolver bem a investigação. Acerca desse processo investigativo, julgue os itens subsequentes.

- 6 Mesmo as informações contraditórias e aquelas que suscitem dúvidas devem ser consideradas. O PRF não deve procurar comprová-las ou desmenti-las, pois, no curso das investigações, poderão ser úteis para estabelecer, de forma segura e fundamentada, em que circunstâncias o acidente ocorreu.
- 7 Na investigação de um acidente de trânsito, inicialmente, deve-se procurar identificar o ponto de impacto em marcas de frenagem e de derrapagem deixadas por pneus e de arrastamento provocadas por peças que se desprenderam de veículo.
- 8 As informações sobre os condutores, os ocupantes dos veículos e os veículos envolvidos deverão ser colhidas diretamente no local do acidente. As informações espontâneas, fornecidas por participantes visivelmente transtornados, não deverão ser registradas, pois não serão úteis ao confronto com as declarações por escrito. É preciso esperar que os envolvidos se recuperem do choque emocional para iniciar a coleta de informações.
- 9 Para a elucidação das causas de um acidente de trânsito, o PRF deverá identificar vários itens que poderão contribuir de forma decisiva, tais como a localização exata do acidente, as condições e o traçado da via.

Na investigação de um acidente de trânsito, muitas vezes, é necessário realizar a reconstituição do fato, em atendimento a ordem judicial. Para tornar esse processo mais preciso, o PRF deverá fazer croqui, com as devidas medições que apresentem melhores provas materiais relativas ao acidente. A respeito desse assunto, julgue os seguintes itens.

- 10 Deve-se necessariamente desenhar, no croqui, a pista onde ocorreu o acidente, com a orientação do sentido de tráfego e as sinalizações vertical e horizontal.
- 11 O complemento do croqui é a narrativa, na qual o PRF deverá incluir detalhes que servirão para elucidar que fatores podem ter contribuído para a ocorrência do acidente. A narrativa, além de ser imparcial e compromissada com a verdade, deve apresentar introdução, desenvolvimento e conclusão e ser escrita em linguagem bastante popular e comum e até mesmo vulgar, para ser fidedigna às informações apuradas.
- 12 O autor da narrativa não deve usar de expressões como “eu acho que o condutor do veículo A estava embriagado” nem emitir julgamento prévio acerca de negligência, imprudência e imperícia.

Uma das atividades mais importantes a ser exercida pelo PRF é colaborar na conservação e preservação das estradas brasileiras. O excesso de carga transportada pelos veículos provoca desgastes e estragos no pavimento asfáltico, ocasionando o aparecimento de buracos e a completa destruição das vias. Assim, deve o PRF conhecer a legislação pertinente e todas as limitações impostas aos veículos de carga e de passageiros. A esse respeito, julgue os itens subsequentes.

- 13** Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para a circulação, o comprimento total de qualquer veículo fabricado atualmente não pode ultrapassar 19,80 m.
- 14** Considere que um caminhão com três eixos, enquadrado na classificação 3C, cuja tara é de 6.000 kg e cujo peso bruto total (PBT) é igual ao limite regulamentar (LR) de 21.000 kg, transporta 17.000 kg de carga declarada na nota fiscal, por uma rodovia desprovida de equipamento de pesagem. Nessa situação, o excesso verificado (EV), após a tolerância sobre o peso declarado na nota fiscal, é inferior a 1.000 kg.
- 15** Considere que, em um veículo no qual o peso aferido é inferior ao PBT estabelecido para ele, acrescido da tolerância de 5%, há excesso de peso em algum dos eixos. Nesse caso, simplesmente aplicar-se-á a multa correspondente e o veículo poderá prosseguir viagem.
- 16** Nos veículos submetidos à pesagem em balanças que comportem o conjunto total (todos os eixos), será aplicada uma tolerância de 5% sobre o PBT ou peso bruto total combinado (PBTC) estabelecido para o veículo.
- 17** Considere a seguinte situação hipotética.
- Pedro é motorista da empresa de transportes de carga CARGA&CARGA, de propriedade de Antônio. As cargas transportadas por Pedro são embarcadas por outros empregados da empresa, sob a supervisão de Antônio, que as organiza nos veículos e emite nota fiscal informando o peso respectivo.
- Nessa situação, no caso de infração por excesso de peso comprovado em algum dos veículos de Antônio, conduzido por Pedro, os dois são solidariamente responsáveis.

Os itens abaixo versam sobre a matéria combate ao narcotráfico. Julgue-os exclusivamente com base no conteúdo da respectiva apostila do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre esta e outras fontes.

- 18** No contexto mundial, até 1935, ano em que foi estabelecida a Convenção Única, as substâncias tidas como entorpecentes resumiam-se ao ópio, à morfina, à cocaína e aos derivados dessas drogas.
- 19** Apesar do uso generalizado da expressão crime organizado, não há um texto legal que conceitue, seja em artigo, seja em parágrafo, esse crime.
- 20** Uma das características do crime organizado refere-se aos códigos de honra. Exemplo brasileiro disso é a máxima vigente quanto à precisão de pagamento dos prêmios do jogo do bicho, em que se proclama que vale o que está escrito.
- 21** Em razão da sua característica de controle territorial, o crime organizado tem pouco ou nenhum interesse nas bancadas políticas.
- 22** Legalmente, drogas lícitas e drogas ilícitas diferenciam-se tão-somente quanto à forma de atuação no organismo humano: estas — ao contrário daquelas — são suscetíveis de promover modificações nas funções do córtex cerebral e podem causar dependência física ou psíquica.

Os itens subsequentes referem-se a legislação ambiental e devem ser julgados exclusivamente sob o enfoque da apostila pertinente do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre esta e outras fontes.

- 23** No Brasil, embora não se tenha uma conceituação legal para a expressão meio ambiente, a doutrina nessa área considera que meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- 24** De acordo com preceito inserto no texto constitucional, incumbe ao poder público, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- 25** Historicamente, a legislação penal ambiental brasileira iniciou-se com a Lei n.º 3.311/1886, na qual o incêndio florestal era considerado crime.
- 26** A Lei n.º 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. No âmbito dessa lei, segundo E. Magalhães Noronha, os elementos normativos do tipo penal dizem respeito à antijuridicidade e são designados por expressões como “indevidamente”, “sem justa causa”, “sem consentimento de quem de direito”, “sem licença da autoridade competente” etc.
- 27** Considere a seguinte situação hipotética.
- Vendo-se na iminência de ser atacado por animal silvestre de grande porte e estando de posse de arma de fogo de uso legalmente permitido, José abateu-o com um disparo.
- Nessa situação, a despeito de ter matado um animal da fauna silvestre, José agiu sob excludente de antijuridicidade.

Os itens a seguir referem-se à fiscalização de produtos perigosos e devem ser julgados exclusivamente à luz da respectiva apostila do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre esta e outras fontes.

- 28** Na classificação para produtos perigosos, a classe 7 — substâncias radioativas — é subdividida nos grupos I, II e III, correspondentes, respectivamente, a substâncias muito perigosas, substâncias que apresentam risco médio e substâncias de menor risco.
- 29** Quando da fiscalização do transporte de produtos perigosos, no caso de declaração de responsabilidade manuscrita, carimbada ou datilografada, a ausência de assinatura do responsável não constitui motivo para autuação, mas não exime o expedidor de sua responsabilidade.

- 30 A figura abaixo, da qual foi removida a primeira linha de texto, exemplifica o documento denominado ficha de emergência. Se, em um mesmo veículo, for transportado mais de um produto perigoso, cada um desses produtos deverá contar com sua respectiva ficha de emergência.

BR PETROBRAS	
Nome Apropriado para Embalagem	
ÉTER MONOISOBUTÍLICO DE ETILENOGLICOL	
Comercial	GLICOL ÉTER BB
Nome de risco:	60
Número de ONU:	2389
Classe ou subclasses de risco:	6.1
Descrição da classe ou subclasses de risco:	SUBSTÂNCIA TÓXICA
Aspecto: Líquido lúcido de cor clara ou incolor, com leve odor adocicado de éter.	
EPI: Utilizar luvas de PVC, óculos para produtos químicos, roupas de PVC para proteção, botas e capacete para respiração autônoma de pressão positiva.	
RISCO	
Perigo:	Produto combustível. Pode queimar mas não se inflama de imediato. O fogo pode produzir gases tóxicos, corrosivos ou irritantes. Os efeitos ao contato ou da inalação podem não ser imediatos. Há risco de recipiente explodir, se aquecido.
Símbolo:	Fortemente irritante para os olhos. Moderadamente irritante para a pele e o trato respiratório. Os gases e o vapor podem causar efeitos sobre sistema nervoso central, incluindo cansaço por de cabeça. A ingestão pode causar distúrbios do trato, alteração no fígado e nos rins e sintomas sistêmicos.
Meio Ambiente:	O produto se biodegrada rapidamente. É um líquido orgânico solúvel em água a 100% por peso e não é volátil. Se detonado, o processo de efeito predominante será a biodegradação. Devido à alta solubilidade pode atingir o lençol freático se detonado no solo. Na ocorrência de fogo o material em decomposição pode gerar uma escura fumaça e nevoeiro.
EM CASO DE ACIDENTE	
Vazamento:	Sinalizar o local e isolar o veículo. Eliminar todas as fontes de ignição. Evacuar e controlar o acesso de pessoas. Fazer diques de contenção em volta do produto derramado, utilizando qualquer tipo de absorvente industrial e colocar em recipientes reaproveitáveis, devidamente identificados. Remover as embalagens intactas para local seguro, se puder ser feito sem risco. Cobrir o vazamento com sólidos inertes. Repressar e recuperar grandes derramamentos em terra. Utilizar exator de Pó Químico Seco, Gás Carbônico (CO ₂), espuma ou água de aquí. Pesquisar de combate ao fogo deve usar aparelho respiratório autônomo (se não há água para manter resfriados os recipientes expostos ao fogo e evitar aumento de pressão). Utilizar respirador autônomo.
Fogo:	Avise imediatamente as autoridades públicas, tais como Defesa Civil (Fur 190), empresa responsável pelo abastecimento de água e órgão de Meio Ambiente. Interrupção é o método mais recomendado de descarte de resíduos.
Polluição:	Inalação: Remova a vítima para o ar puro. Se houver dificuldade respiratória, administre oxigênio ou realize respiração artificial. Olhos: Lave-os com bastante água, por, no mínimo, 15 minutos, abrindo as pálpebras constantemente. Se a irritação persistir, procure assistência médica. Contato com a pele: Remova roupas. Lave a pele com bastante água e sabão.
Intoxicação ou Mordida:	Se o paciente estiver consciente, dê grande quantidade de água e induza o vômito fazendo com que o paciente encoice o dedo no fundo da garganta. Mantenha as vias aéreas livres. Nenhum procedimento especializado. Tratar sintomas clínicos.
Nome do Fabricante:	

- 31 Os veículos que transportam gás liquefeito de petróleo envasado devem portar, entre outros itens para situação de emergência, um mínimo de quatro calços com dimensões mínimas de 150 mm × 200 mm × 150 mm e um jogo de ferramentas adequado para reparos em situações de emergência durante a viagem que contenha, entre outros utensílios, um alicate de pressão.
- 32 Na classificação para produtos perigosos, as classes de risco correspondentes a líquidos inflamáveis, substâncias radioativas e substâncias perigosas diversas não são divididas em subclasses.
- 33 Nas emergências que envolvam produtos perigosos, a fase em que ocorre o deslocamento das equipes de emergência e o reconhecimento inicial da situação do acidente é denominada fase de resposta e avaliação. Nessa fase, os responsáveis pelo atendimento da ocorrência identificam o tipo de problema a ser resolvido e planejam a melhor estratégia para controlar a situação.

Gustavo conduzia seu carro em uma rodovia federal, acompanhado de sua amiga Madalena. Porém, por estar muito gripado e com sono, Gustavo passou a direção a Madalena, que sabia dirigir, mas ainda não tinha habilitação para conduzir veículos.

Apesar de dirigir cuidadosa e habilmente, Madalena teve a infelicidade de, ao reduzir a velocidade para passar por um quebra-molas, ser abalroada por uma caminhonete conduzida por um motorista desatento.

Apesar de a batida ter ocorrido em velocidade relativamente baixa, Gustavo quebrou o braço, pois estava sem cinto de segurança e foi arremessado contra o painel do automóvel.

Atendendo ao chamado de um passante que assistiu ao sinistro, um PRF logo chegou ao local do acidente e verificou que o motorista da caminhonete havia se evadido do local do acidente sem sequer ter parado para verificar se alguém precisava de socorro.

Imediatamente, o policial informou a seus colegas o número da placa da caminhonete, que foi detida a dez quilômetros dali por PRFs que, ao identificarem a placa do veículo e as marcas da batida, prenderam em flagrante o motorista.

Pablo, o motorista detido, admitiu sua culpa e disse que, se o acidente tivesse sido mais grave, ele certamente teria parado para prestar socorro. Mas, como a batida foi muito leve, ele terminou fugindo, porque ele era um turista estrangeiro e tinha medo de ser expulso do país por causa da batida.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 34 Madalena praticou conduta penalmente atípica ao dirigir sem habilitação o carro de Gustavo.
- 35 Caso Pablo consiga demonstrar que os ferimentos de Gustavo teriam sido evitados se, no momento do acidente, ele estivesse usando cinto de segurança, seria ilícito condená-lo por causar lesões corporais culposas a Gustavo.
- 36 Pablo cometeu crime de omissão de socorro, mas não cometeu crime de evasão do local do acidente, infração penal esta que somente seria aplicável ao caso se não houvesse resultado vítima do abaloamento.
- 37 A prisão em flagrante de Pablo foi ilícita, pois a sua detenção não ocorreu enquanto ele cometia o crime nem em decorrência de perseguição policial.
- 38 Embora tivessem o dever de identificar-se como PRFs, os policiais que detiveram Pablo, por motivo de segurança, poderiam ocultar de Pablo os seus nomes.

- 39** Se o referido acidente houvesse decorrido de negligência de Madalena, seria lícito que ela fosse penalmente condenada por ter causado lesões corporais culposas a Gustavo, mesmo considerando que ele havia consentido que ela dirigisse o veículo dele.
- 40** Se o referido acidente houvesse decorrido de imprudência de Madalena, as lesões corporais decorrentes do acidente seriam consideradas dolosas e não culposas.
- 41** Se Pablo tivesse apenas visto de turista ou visto temporário, seria vedado a ele dirigir automóvel no território brasileiro, pois, no Brasil, a condução de veículos por estrangeiros somente é permitida aos que tenham visto de trânsito.
- 42** Mesmo sendo estrangeiro, Pablo poderia impugnar a sua prisão, mediante *habeas corpus*, se a considerasse irregular.

Um PRF ouviu o estampido de um disparo de arma de fogo. Preocupado, ele parou a viatura que estava conduzindo e reparou que havia um carro estacionado em um lugar ermo, a cerca de cem metros da rodovia. Ouvindo o som de outro disparo, o policial decidiu investigar o que estava ocorrendo e, ao aproximar-se do automóvel parado, viu que, de costas para a estrada e sob a supervisão de um adulto, havia um adolescente mirando arma de fogo contra uma lata posta sobre um galho de árvore. O policial interveio, então, e descobriu que se tratava de um pai ensinando seu filho a atirar utilizando um revólver comum de calibre 38.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item abaixo.

- 43** Ao procurar descobrir as razões dos tiros que ouviu, o referido PRF praticou atividade de polícia ostensiva.

Um PRF, durante a realização de *blitz* em rodovia federal, determinou a parada do carro em que viajavam os namorados Beatriz e Miguel, com, respectivamente, 17 e 19 anos de idade. Naquele momento, o carro era conduzido por Miguel, que estava visivelmente embriagado. Ao aproximar-se do automóvel, o policial sentiu cheiro de maconha e, notando que a moça havia colocado apressadamente algo na bolsa, o policial determinou que Beatriz lhe entregasse a bolsa, para que pudesse examiná-la. Ao revistar a bolsa, o policial encontrou nela 200 g de maconha.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

- 44** Para transportar Beatriz de maneira regular, Miguel precisaria portar autorização escrita do pai, da mãe ou do responsável pela adolescente.
- 45** O exame realizado pelo referido policial na bolsa de Beatriz caracteriza ato administrativo discricionário.
- 46** O exame da bolsa de Beatriz, realizado pelo PRF, caracteriza busca pessoal.

- 47** Se Beatriz se houvesse negado a cumprir a ordem de entregar a bolsa ao policial, ela teria cometido crime de resistência.
- 48** Dado o caráter auto-executório e coercitivo do poder de polícia, se Beatriz se houvesse negado a cumprir a determinação de entregar a bolsa ao policial, ele poderia tomar-lhe coercitivamente a bolsa para revistá-la.
- 49** Se, durante a revista da bolsa de Beatriz, acidentalmente, o PRF deixasse cair no chão o celular da adolescente e este sofresse avaria irreparável, nessa situação, para ter direito a ser indenizada pelo Estado, Beatriz precisaria comprovar que o referido policial fora culpado pela queda do celular.
- 50** Se, durante a revista da bolsa de Beatriz, o policial se apropriasse de uma de seis notas de cinquenta reais que houvesse dentro da carteira da adolescente, ele cometeria crime de peculato.
- 51** Considere que, após encontrar a droga, o PRF tenha proposto a Beatriz devolver-lhe a maconha e deixá-la seguir viagem, desde que ela deixasse com ele trezentos reais que ele havia visto na carteira dela, durante a revista. Nessa situação, o policial cometeu crime de corrupção ativa.

No que se refere à aplicação da lei nos Estados democráticos, julgue os itens a seguir.

- 52** Um regime democrático apresenta características que o definem como tal. Entre elas estão incluídas um governo democraticamente eleito que represente o povo e seja responsável perante ele, a existência do estado de direito e o respeito por ele e o respeito pelos direitos e liberdades humanos.
- 53** Em um país que respeite o estado de direito e os direitos humanos, todas as pessoas são tratadas da mesma forma em qualquer circunstância, pois todos são considerados iguais perante a lei.

Ninguém pode ser privado de sua liberdade exceto com base em procedimentos estabelecidos por lei e de acordo com tais procedimentos. Portanto, o princípio da legalidade é violado se alguém for capturado ou detido com base em princípios que não estejam claramente estabelecidos na legislação nacional ou que sejam contrários a ela. Com relação à captura e à detenção, julgue os itens que se seguem.

- 54** A privação da liberdade, que é o meio mais comum e antigo usado pelo Estado para lutar contra o crime e manter a ordem pública, não é proibida completamente pelo direito internacional. No entanto, esse ramo do direito preocupa-se em proporcionar normas e diretrizes que garantam que esse tipo de privação seja aplicado de forma legal e não-arbitrária pelo Estado.
- 55** A proibição da tortura, que é parte do direito internacional costumeiro, é, em princípio, absoluta. Em situações de calamidade e emergência pública, no entanto, o Estado tem a prerrogativa de aplicar a tortura psicológica em presos maiores de 21 anos.

Acerca do uso da força e das armas de fogo, julgue os seguintes itens.

- 56** O papel dos princípios básicos sobre o uso de força e armas de fogo (PBUFAF) não é criar obrigações legais aos Estados-partes. Na verdade, esses princípios têm o objetivo de propiciar normas orientadoras a todos os Estados independentes preocupados com a violência de suas polícias.
- 57** Em circunstâncias excepcionais, como em casos de instabilidade política interna ou guerra civil, é permitido violar os PBUFAF em nome da segurança pública.

Acerca da investigação sobre violações de direitos humanos, julgue os itens subseqüentes.

- 58** A Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CIEDR) é um dos instrumentos especializados de direitos humanos que têm disposição concernente a denúncias interestatais.
- 59** As denúncias individuais de violação de direitos humanos são previstas unicamente na CIEDR.
- 60** Em muitos países, foram criadas comissões especiais para assegurar a efetiva aplicação de leis e regulamentos concernentes à proteção dos direitos humanos em nível nacional. O ato legislativo ou decreto que as institui também define seus poderes e funções.
- 61** A ausência de conseqüências (judiciais) para os responsáveis por violações dos direitos humanos põe em risco a credibilidade do Estado quanto às obrigações internacionais assumidas no âmbito dos direitos humanos.

Em um acidente de trânsito, a parte frontal de um veículo de cor verde atingiu violentamente o meio da lateral esquerda de outro veículo de cor branca. Pedro, único ocupante do veículo verde, encontrava-se inconsciente, com ausência de movimentos respiratórios e de batimentos cardíacos. No veículo branco, havia dois ocupantes, Alfredo, um adolescente de 16 anos de idade, bastante ensangüentado, que estava sentado ao lado da motorista, Maria, sua mãe, que nada sofreu. Uma viatura da PRF chegou ao local para prestar os atendimentos devidos.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 62** As primeiras atitudes dos PRFs ao chegarem na cena do acidente, antes mesmo de iniciar o contato direto com os acidentados, deverão ser a verificação dos riscos existentes e das condições de segurança, a escolha adequada de equipamentos de proteção individual e a observação da posição dos acidentados e arredores.

- 63** Pedro, em condições críticas, deverá ser transportado imediatamente para um hospital. A avaliação dirigida e a avaliação física detalhada dele deverão ser feitas durante seu traslado.

- 64** Mesmo com o intuito de melhor dimensionar a cena do acidente, o PRF não deverá solicitar informações a familiares dos acidentados, pois, nesse momento de angústia, as informações certamente serão deturpadas.

- 65** Sabendo, por intermédio de Maria, que Alfredo está com meningite, o PRF deverá redobrar os cuidados para evitar a sua contaminação, uma vez que essa doença é altamente transmissível pelo sangue.

- 66** De acordo com o tipo de acidente descrito, Alfredo, possivelmente, apresentará primariamente lesões em todo o corpo do lado oposto ao da colisão, em função do segundo impacto.

- 67** Dispositivos de segurança ativa como cinto de segurança, *airbag* e apoio cervical, mesmo sendo de grande utilidade, podem gerar lesões. Essa possibilidade deve ser considerada pelo PRF durante a avaliação da cena.

No que se refere a técnicas de atendimento a problemas respiratórios e cardíacos, julgue os itens subseqüentes.

- 68** Quando o acidentado apresenta angústia, agitação, esforço extremo para respirar e as mãos juntas ao pescoço, o PRF deve tomar providências rápidas, pois estes são indícios de uma OVACE.

- 69** Ao realizar a ventilação artificial denominada boca a boca, o socorrista deve, inicialmente, fechar as narinas do socorrido, inspirar ar e, colocando a boca com firmeza sobre a boca da pessoa, soprar lentamente seu ar para dentro dos pulmões da pessoa atendida. Em seguida, deve retirar sua boca e liberar as narinas, deixando o ar sair livremente.

- 70** Caso um acidentado apresente contrações cardíacas filiformes, é necessário realizar reanimação cardiopulmonar para assim garantir a manutenção dos sinais vitais.

- 71** Após a verificação da necessidade de reanimação cardiopulmonar, o socorrista deve acomodar o acidentado sobre uma superfície rígida e plana, deitando-o de costas. Então, deverá abrir as vias respiratórias, promover duas ventilações lentas. Em seguida, deverá posicionar as mãos sobrepostas no terço inferior do esterno, comprimindo com a base da palma da mão o meio do peito da pessoa acidentada, intercalando 15 compressões com 2 ventilações artificiais.

Em uma ultrapassagem desastrada, uma motocicleta esbarrou em um automóvel. Antônio, condutor da motocicleta e que não usava capacete, caiu violentamente no chão e escorregou por alguns metros pelo asfalto. Carlos, o motorista do automóvel, perdeu o controle do veículo e colidiu com uma árvore, batendo violentamente com o peito no volante. Ao lado de Carlos, estava Júlia, sua esposa, grávida de nove meses, que não se machucou, porém sofreu um enorme susto. Uma equipe de PRFs chegou ao local para assistir os acidentados.

Com relação à situação hipotética apresentada, julgue os seguintes itens.

- 72** Considere que, na avaliação física, foi observado que Antônio apresentava um hematoma no couro cabeludo, com uma pequena deformidade do crânio. Havia-se formado um hematoma ao redor dos olhos, acompanhado de sangramento nasal. Nessa situação, o socorrista deverá deter imediatamente a saída do sangue provindo do nariz, usando tufos de algodão, e monitorar o estado de consciência, a frequência respiratória e a cardíaca.
- 73** Suponha que instantes depois do acidente, Antônio tenha perdido a consciência, apresentando rigidez das extremidades, leves tremores e tenha começado a sacudir-se desordenadamente. Nessa situação, será necessário, entre outras atitudes, que o socorrista posicione Antônio confortavelmente, evitando que este bata a cabeça, afrouxe suas roupas, assegure a permeabilidade das vias aéreas e verifique a respiração, administrando oxigênio suplementar.
- 74** Considere que, com o tombo, Antônio apresentou várias escoriações com forte sangramento. Nesse caso, o socorrista deverá cobrir as lesões com curativo compressivo.
- 75** Considere que Carlos apresente respiração rápida e superficial, pulso filiforme, pele fria, pálida e úmida, face pálida e cianótica, pressão arterial inferior a 100 mmHg e tosse sanguinolenta. Nessa situação, deve-se abrir as vias aéreas, vigiar a respiração e a circulação cardíaca, evitar possível choque, afrouxar as roupas, não dar nada de comer ou beber, administrar oxigênio suplementar e encaminhar Carlos ao hospital.
- 76** Se, devido à violência do choque, houver a necessidade de imobilização cervical de Carlos por meio de um colar, a colocação deverá ser feita sempre com o acidentado em posição deitada em decúbito dorsal.

77 Para melhor imobilização, o colar cervical deve ser sempre do tamanho adequado. A escolha desse colar deve ser feita medindo com os dedos a distância da base do pescoço até a base da mandíbula do sujeito. O colar a ser escolhido apresentará esta distância entre o ponto de referência do colar cervical e a borda inferior de plástico rígido.

78 Suponha que em função do grande susto e do estado de Carlos, Júlia tenha entrado em trabalho de parto e, na apresentação cefálica do feto, o socorrista tenha verificado que o cordão umbilical estava envolto no pescoço. Nessa situação, após a completa apresentação da cabeça, o PRF deverá passar os seus dedos ao redor do pescoço do feto e, ao encontrar uma volta do cordão, deverá pinçar com os próprios dedos o cordão e puxá-lo para cima, no sentido face-crânio do feto, prosseguindo assim o procedimento normal de parto.

Em um atropelamento, José foi lançado violentamente no acostamento de uma rodovia federal, apresentando fratura exposta na perna esquerda. Ao bater no solo, teve sua parede abdominal cravada por um objeto metálico que se encontrava no chão. Uma equipe de PRFs foi acionada imediatamente para o atendimento.

Acerca da situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 79** Como a fratura foi exposta, a atitude antes da imobilização consiste em reconstituir o alinhamento ósseo dentro da ferida aberta, remover fragmentos ósseos, controlar toda hemorragia severa, cobrir o local com um curativo espesso e, por meio de talas acolchoadas, imobilizar com firmeza a perna.
- 80** Quanto ao objeto cravado em José, o PRF não deve removê-lo e sim controlar a hemorragia com compressão direta e utilizar curativos volumosos para estabilizá-lo.

